



ASSOCIAÇÃO DOS
ENGENHEIROS
DA PETROBRAS

DEZEMBRO DE 1995
Nº 102

Novos Tempos: A Luta Continua

Após a quebra do monopólio estatal do petróleo pelo Congresso Nacional, o governo deverá apresentar seu projeto de regulamentação do setor petróleo. Muito mais complexa do que a aprovação da emenda constitucional, a elaboração do novo Código de Petróleo exigirá amplo debate e total transparência. A AEPET continua na luta em defesa do monopólio estatal do petróleo e, no momento, estuda e discute a regulamentação da matéria, da qual exige participar.

Finalmente a onda neoliberal conseguiu implantar seu modelo também no Brasil. Apesar da resistência de uma minoria cada vez menor, já que muitos de seus integrantes se renderam aos encantos deste modismo oportunista, a onda, que contou com o decidido apoio dos meios de informação, das elites e, sobretudo, do governo, prevaleceu. As primeiras investidas ocorreram ainda nos anos 80. Tornaram-se ameaçadoras no início da década de 90, com a eleição de um governo marcado pelo atropelo e pela corrupção, que terminou aliado do poder. Houve um ligeiro arrefecimento na gestão do presidente Itamar Franco, mas retomou seu ímpeto no atual governo, o qual, travestido de moderno, incorporou grande parte das cabeças que a nação havia decidido extirpar no iníquo governo Collor. Muitos voltaram, mudaram de partido como quem troca de camisa, mas com as mesmas idéias e os mesmos planos, ocupando cargos nos escalões decisórios da Nação, nomeando outros que se contentam em apenas executar ordens, em troca de algumas vantagens pessoais e um apartamento funcional, com a missão de reformar o País. Outros se converteram. Contaminados pelo vírus ou sabe-se lá por que mais, antigos companheiros de batalhas, renegaram todo o seu passado e aderiram a mais este trem da alegria. Imitando o chefe parecem nos dizer: "esqueçam tudo o que eu disse e escrevi..." É como se quisessem que nós apagássemos nossa memória e reescrevêssemos a história, em nome de uma unanimidade artificialmente construída, que no seu íntimo, eles mesmos certamente questionam.

Seus projetos imediatistas deixam de considerar que a atual onda aplicada em escala global, é parte dos ciclos que a história teimosamente insiste em nos apresentar. Esquecem

que há pouco mais de três décadas, um outro ciclo foi implantado. Todo o Terceiro Mundo, então sob a ameaça do "monstro" comunista, experimentou a tutela militar, como panacéia para, na verdade, estancar o surgimento de idéias que punham em risco os privilégios da elite. Hoje, aquela fase, com suas idéias, faz parte do lixo da História, já que suas teses resultaram em rotundo fracasso, deixando como herança por onde passou um rastro de miséria, fome e corrupção.

"Continuamos a afirmar que o instituto do monopólio estatal ainda é a melhor solução para o Brasil"

Por padecer dos mesmos vícios de sua antecessora - a exclusão da maioria, a concentração de renda e de poder - a onda neoliberal terá também o mesmo destino, ao final deste infeliz ciclo. Seus patrocinadores contumazes e oportunistas serão irremediavelmente julgados pela História.

Enquanto aguardamos que o brilho do sol da liberdade ponha fim às trevas dessa noite, é o momento dos que não se curvaram ante os ditames dos aproveitadores de plantão, dos que não se locupletaram da alienação das pessoas e dos que se recusaram a fazer seus conchavos na escuridão, continuarem sua luta, mostrando a verdade, semeando a crença nos valores permanentes da decência, do trabalho e da justiça. Nossa causa é justa. Não fomos e não seremos comprados. Não vamos nos esquecer do que acreditamos. Ao contrário, vamos fazer ecoar ainda mais alto a nossa voz. Não é hora de desanimar. É hora de redobarmos nossos esforços.

Este nosso brado de inconformismo traz à tona a questão do monopólio estatal do petróleo. Ao contrário do que

possa parecer, o panorama atual não vai alterar nossa convicção. Continuamos a afirmar que o instituto do monopólio estatal ainda é a melhor solução para o Brasil. Não o temos como dogma. Antes, é fruto de reflexão amadurecida em face da observação equilibrada das condições que nos cercam. A retirada do estado da execução de tarefas de alcance estratégico e objetivos sociais, abre espaços para grupos oportunistas se aproveitarem, em detrimento do conjunto da sociedade.

A tradição política brasileira nos tem mostrado que o Estado não foi capaz de agir como regulador da atividade econômica. O que temos visto é a mistura do público com o privado, um relacionamento promíscuo, marcado por favores, apadrinhamentos e corrupção, encobertos pela impunidade institucionalizada.

Continuamos a acreditar que a intervenção estatal é essencial para estancar a concentração de poder e riqueza e iniciar, embora tardiamente, o caminho inverso, e que no final todos tenham acesso ao bem-estar e a uma vida digna.

O monopólio estatal do petróleo tem sido instrumento eficaz de melhoria das condições de vida de nosso povo, do desenvolvimento nacional e de nossa afirmação como Nação soberana. Sua eliminação significará um retrocesso, ao permitir que interesses privados se sobreponham à vontade nacional. A experiência recente em outros países nos tem mostrado claramente os resultados de decisões semelhantes.

Continuamos a trabalhar para esclarecer, informar, denunciar, e para reverter o quadro que nos foi imposto por métodos tão escusos quanto indesculpáveis. A tarefa é imensa, reconhecemos. Outras já enfrentamos e vencemos. Esta é apenas mais uma. Contamos com o apoio e a participação de todos.

A Diretoria

Como votaram os senadores

A AEPET divulga abaixo como votaram os senadores nos 1º e 2º turnos de aprovação da emenda que acabou com o monopólio estatal do petróleo. O presidente do Senado, José Sarney, se absteve de votar nos dois turnos.

1º TURNO

Votaram "SIM" os senadores:

Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) - Artur da Távola (PSDB-RJ) - Bello Parga (PFL-MA) - Beni Veras (PSDB-CE) - Carlos Bezerra (PMDB-MT) - Coutinho Jorge (PMDB-PA) - Edson Lobão (PFL-MA) - Elcio Álvares (PFL-ES) - Eptácio Cafeiteira (PPB-MA) - Ernandes Amorim (PDT-RO) - Espiridião Amim (PPB-SC) - Fernando Bezerra (PMDB-RN) - Flaviano Melo (PMDB-AC) - Francelino Pereira (PFL-MG) - Freitas Neto (PFL-PI) - Geraldo Melo (PSDB-RN) - Gerson Camata (PMDB-ES) - Gilberto Miranda (PMDB-AM) - Gilvan Borges (PMDB-AP) - Guilherme Palmeira (PFL-AL) - Hugo Napoleão (PFL-PI) - Humberto Lucena (PMDB-PB) - Iris Rezende (PMDB-GO) - Jader Barbalho (PMDB-PA) - Jefferson Pères (PSDB-AM) - João França (PPB-RO) - João Rocha (PFL-TO) - Joel de Hollanda (PFL-PE) - Jonas Pinheiro (PFL-MT) - José Agripino (PFL-RN) - José Alves (PFL-SE) - José Arruda (PPB-DF) - José Bianco (PFL-RO) - José Fogaça (PMDB-RS) - José Ignácio (PSDB-ES) - Júlio Campos (PFL-MT) - Levy Dias (PPB-MS) - Lucídio Portella (PPB-PI) - Lúcio Alcântara (PSDB-CE) - Lúcio Coelho (PSDB-MS) - Luiz Alberto de Oliveira (PTB-PR) - Marluce Pinto (PTB-RR) - Mauro Miranda (PMDB-GO) - Nabor Júnior (PMDB-AC) - Ney Suassuna (PMDB-PB) - Odacir Soares (PFL-RO) - Osmar Dias (PPB-PR) - Pedro Piva (PSDB-SP) - Ramez Tebet (PMDB-MS) - Renan Calheiros (PMDB-AL) - Romero Jucá (PFL-RR) - Romeu Tuma (Sem partido-SP) - Ronaldo Cunha Lima (PMDB-PB) - Sérgio Machado (PSDB-CE) - Teotônio Vilela Filho (PSDB-AL) - Valmir Campelo (PTB-DF) - Vilson Kleinübing (PFL-SC) - Waldeck Ornellas (PFL-BA)

Votaram "NÃO" os senadores:

Ademir Andrade (PSB-PA) - Antonio Carlos Valadares (PPB-SE) - Benedita da Silva (PT-RJ) - Bernardo Cabral (PPB-AM) - Darcy Ribeiro (PDT-RJ) - Eduardo Suplicy (PT-SP) - Emília Fernandes (PTB-RS) - Josaphat Marinho (PFL-BA) - José Dutra (PT-SE) - Júnia Marise (PDT-MG) - Lauro Campos (PT-DF) - Marina Silva (PT-AC) - Onofre Quinan (PMDB-GO) - Pedro Simon (PMDB-RS) - Roberto Freire (PPS-PE) - Roberto Requião (PMDB-PR) - Sebastião Rocha (PDT-AP)

Encerrada a votação, votaram "SIM" 58 senadores e "NÃO", 17. Total de votos: 75
A emenda foi aprovada.

Faltaram os senadores:

Arlindo Porto (PTB-MG) - Carlos Patrocínio (PFL-TO) - Carlos Wilson (PSDB-PE) - Cassildo Maldaner (PMDB-SC) - Leomar Quintanilha (PPB-TO)

2º TURNO

Votaram "SIM" os senadores:

Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) - Arlindo Porto (PTB-MG) - Artur da Távola (PSDB-RJ) - Bello Parga (PFL-MA) - Beni Veras (PSDB-CE) - Carlos Bezerra (PMDB-MT) - Carlos Patrocínio (PFL-TO) - Carlos Wilson (PSDB-PE) - Cassildo Maldaner (PMDB-SC) - Coutinho Jorge (PMDB-PA) - Edson Lobão (PFL-MA) - Elcio Álvares (PFL-ES) - Eptácio Cafeiteira (PPB-MA) - Ernandes Amorim (PDT-RO) - Espiridião Amim (PPB-SC) - Fernando Bezerra (PMDB-RN) - Flaviano Melo (PMDB-AC) - Francelino Pereira (PFL-MG) - Freitas Neto (PFL-PI) - Geraldo Melo (PSDB-RN) - Gerson Camata (PMDB-ES) - Gilvan Borges (PMDB-AP) - Guilherme Palmeira (PFL-AL) - Hugo Napoleão (PFL-PI) - Humberto Lucena (PMDB-PB) - Iris Rezende (PMDB-GO) - Jader Barbalho (PMDB-PA) - Jefferson Pères (PSDB-AM) - João França (PPB-RO) - João Rocha (PFL-TO) - Joel de Hollanda (PFL-PE) - Jonas Pinheiro (PFL-MT) - José Alves (PFL-SE) - José Arruda (PPB-DF) - José Bianco (PFL-RO) - José Fogaça (PMDB-RS) - Júlio Campos (PFL-MT) - Leomar Quintanilha (PPB-TO) - Levy Dias (PPB-MS) - Lucídio Portella (PPB-PI) - Lúcio Alcântara (PSDB-CE) - Lúcio Coelho (PSDB-MS) - Luiz Alberto de Oliveira (PTB-PR) - Marluce Pinto (PTB-RR) - Mauro Miranda (PMDB-GO) - Nabor Júnior (PMDB-AC) - Ney Suassuna (PMDB-PB) - Odacir Soares (PFL-RO) - Osmar Dias (PPB-PR) - Pedro Piva (PSDB-SP) - Ramez Tebet (PMDB-MS) - Renan Calheiros (PMDB-AL) - Romero Jucá (PFL-RR) - Romeu Tuma (Sem partido-SP) - Ronaldo Cunha Lima (PMDB-PB) - Sérgio Machado (PSDB-CE) - Teotônio Vilela Filho (PSDB-AL) - Valmir Campelo (PTB-DF) - Vilson Kleinübing (PFL-SC) - Waldeck Ornellas (PFL-BA)

Votaram "NÃO" os senadores:

Antonio Carlos Valadares (PPB-SE) - Benedita da Silva (PT-RJ) - Bernardo Cabral (PPB-AM) - Eduardo Suplicy (PT-SP) - Emília Fernandes (PTB-RS) - Josaphat Marinho (PFL-BA) - José Dutra (PT-SE) - Júnia Marise (PDT-MG) - Lauro Campos (PT-DF) - Marina Silva (PT-AC) - Onofre Quinan (PMDB-GO) - Pedro Simon (PMDB-RS) - Roberto Freire (PPS-PE) - Roberto Requião (PMDB-PR) - Sebastião Rocha (PDT-AP)

Encerrada a votação, votaram "SIM" 60 senadores e "NÃO", 15. Total de votos: 75
A emenda foi aprovada.

Faltaram os senadores:

Ademir Andrade (PSB-PA) - Darcy Ribeiro (PDT-RJ) - Gilberto Miranda (PMDB-AM) - José Agripino (PFL-RN) - José Ignácio (PSDB-ES)

*** O voto "SIM" significa apoio à emenda do governo. O voto "NÃO" é pela rejeição à emenda.**

■ Associação dos Engenheiros da Petrobras (AEPET) - Av. Almirante Barroso, 22, 19º andar - Centro - RJ

CEP: 20031-000 - Tel.: 220-4774 - Fax: 262-9224

■ Boletim da AEPET

■ Jornalista Responsável: Celeste Cintra

■ Diagramação e Editoração Eletrônica: Lúcio Santos Assessoria de Comunicação - Tel.: (021)285-5934